

**EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS PARA
A ECONOMIA BAIANA**

Oswaldo Ferreira Guerra

*Doutor em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP)
e Professor do Curso de Mestrado em Economia da
Universidade Federal da Bahia (UFBA)*

Paulo Sérgio Hermida Gonzalez

Economista, Mestre em Economia pela UFBA

Resumo: *O principal objetivo deste artigo é analisar a evolução recente da economia baiana e suas perspectivas futuras. Inicialmente, são feitas breves considerações sobre as mudanças estruturais ocorridas na década de 70, destacando-se o processo de industrialização com a implantação do Centro Industrial de Aratu e o Complexo Petroquímico de Camaçari. Em seguida, o foco desloca-se para a evolução dos anos 80, sendo especialmente dirigido para o comportamento dos segmentos químico, petroquímico e metalúrgico (os mais dinâmicos da indústria de transformação), a construção civil e a agropecuária. Na terceira parte do trabalho, a realidade da economia baiana na primeira metade dos anos 90 é examinada, a partir dos setores que se constituíram nos principais vetores de expansão econômica: químico-petroquímico, papel e celulose, agroindústria e turismo. Na conclusão, as perspectivas futuras destes vetores são estudadas à luz da atual política econômica brasileira.*

Palavras-chave: *Economia Regional; Crescimento Econômico; Indústria Petroquímica; Indústria Metalúrgica; Indústria da Celulose e Papel; Agroindústria; Turismo; Bahia; Brasil - Região Nordeste.*

1 INTRODUÇÃO

Artigos publicados em revistas e jornais nos últimos anos (RODRIGUES, 1993; ORNELAS, 1994 e GUERRA, 1994)^(20, 19, 14,15) têm debatido o crescimento da economia baiana e suas perspectivas para a virada do século. A Bahia, não satisfeita em ter ultrapassado Pernambuco no *ranking* nacional, situando-se, atualmente, em 6º lugar em termos de participação no PIB brasileiro, poderia, para alguns analistas, chegar em 1997 à frente do Rio Grande do Sul. Com isto, ela só seria superada por São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

O que lhe permitiu obter mudanças tanto quantitativas quanto qualitativas no que diz respeito ao seu crescimento econômico? Estariam corretas tais previsões? Quais suas perspectivas de expansão no limiar do novo milênio? Para responder a tais questões, convém recuar um pouco no tempo.

A estrutura produtiva da economia baiana, até o início dos anos 70, apoiava-se fundamentalmente no setor primário exportador. Durante décadas, seu desempenho dependeu do comportamento do cacau, o principal produto agrícola do Estado, que, ao ter sua produção direcionada quase que exclusivamente para o mercado externo, era o grande gerador de divisas. Estas, quando não utilizadas em consumo suntuário, eram basicamente alocadas no próprio setor cacauzeiro, que devido às suas características estruturais - intensivo em mão-de-obra desqualificada e elaborador de produtos com baixo valor agregado - expandia-se de forma extensiva, sem incorporar progresso técnico, sendo, portanto, incapaz de magnificar seu dinamismo para o restante do tecido econômico. A partir dos anos 70, com a consolidação do processo de industrialização, que se iniciou nos anos 50, a estrutura produtiva regional começa a perder sua feição agro-exportadora.

A exemplo do ocorrido em outros estados não pertencentes ao Centro-Sul, a Bahia se insere na matriz industrial brasileira através da chamada "especialização regional". Sua industrialização foi direcionada para os setores químico (especialmente a petroquímica) e metalúrgico. Isto se deveu a três motivos:

- a) o Estado era, à época, o maior produtor de petróleo do País e já possuía uma refinaria (Landulfo Alves). Tinha-se assim, uma base técnica para a implantação do 2º pólo petroquímico brasileiro, na Bahia;

- b) existia, nos primeiros anos da década de 70, uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos demandados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e
- c) o Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais.

Em consequência, vários projetos são implantados, destacando-se os localizados no Centro Industrial de Aratu (C.I.A.) e no Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Visando quebrar a resistência política dos que defendiam a ampliação do pólo paulista, por este se encontrar perto dos principais centros consumidores do País, o Governo Federal montou uma explícita política industrial, combinando elementos setoriais e regionais. Além de participar diretamente dos projetos, via PETROQUISA, concedeu um amplo conjunto de incentivos fiscais e financeiros, federais e estaduais, que possibilitou ao capital privado reduzir drasticamente o risco de sua participação nos empreendimentos e garantiu vantagens comparativas à Bahia.

A consolidação do COPEC, com o passar do tempo, desbancou a primazia do setor primário, que assistiu à sua participação relativa no Produto Interno Bruto (PIB) setorial baiano diminuir de 40% em 1960, para 16,4% em 1980. O setor secundário, por sua vez, no mesmo período, elevou sua participação de 12% para 31,6%. Essas alterações estruturais na economia baiana incrementaram fortemente seu produto interno. Em termos de taxas de crescimento real, a Bahia superou o Nordeste e o Brasil. Na década de 70, a expansão real do PIB baiano foi de 11,4% contra 9,7% do Nordeste e 8,6% do Brasil. Esse crescimento, determinado pelo setor secundário, contribuiu de forma positiva para a dinâmica do terciário da economia baiana, particularmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Na década de 70, os serviços e o comércio puderam garantir variações anuais reais de 7% a.a. para o PIB deste setor (CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES-CEI, 1992)⁽⁵⁾.

São os anos de ouro da economia baiana. Entre 1975 e 1980 o PIB estadual cresceu a uma taxa média anual de 9,7%. O desempenho da indústria de transformação foi ainda mais impressionante: 32,0% em 1977; 12,9% em 1978; 29,4% em 1979 e 26,6% em 1980. Não se veria nada igual, ou sequer assemelhado, até os dias atuais. Apenas entre 1983 e 1986, pela combinação da entrada em operação da Caraíba Metais e da melhora conjuntural nas condições macroeconômicas do País, nos dois últimos anos daquele

período, observaram-se taxas em torno de 8,5% (CEI, 1992)⁽⁵⁾. A grandeza dos números revela a pequenez da realidade anterior: duas intervenções, pontuais e setoriais (petroquímica e metalurgia), transformaram de maneira dramática a atividade econômica. Setores correlatos, ao acompanharem o movimento, ajudaram a nutrir as significativas alterações em curso.

A partir daí, nada seria como antes. Entre 1980 e 1990, o PIB baiano cresceu a uma taxa média de 2,4%. De 1990 a 1994 a expansão foi de apenas 1,2% a.a., determinada por espasmos setoriais e/ou melhorias no ambiente macroeconômico nacional, como a ocorrida em 1994, com o Plano Real.

Um importante fato a ser destacado é que a consolidação da indústria de transformação no desenvolvimento econômico estadual, na primeira metade da década de 80, ocorreu num período de grande recessão na economia brasileira, fazendo com que a Bahia fosse um dos poucos estados do País a apresentar crescimento em seu produto. Este comportamento da indústria de transformação será examinado a seguir, a partir da análise de seus segmentos mais dinâmicos (químico-petroquímico e metalúrgico). Ainda que brevemente, a construção civil e a agropecuária também serão contempladas.

2 UMA VISÃO PANORÂMICA DA ECONOMIA BAIANA NOS ANOS 80

A indústria química-petroquímica baiana foi concebida com o objetivo de complementar a produção brasileira, que se mostrava incapaz de atender à demanda interna - majoritariamente originada no Centro-Sul - pelos insumos intermediários elaborados por este segmento industrial. O estado da Bahia aproveitou-se, então, das suas vantagens comparativas e dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos governos federal e estadual, para ocupar esse espaço ainda existente na matriz industrial brasileira. Em 1980, com apenas dois anos de operação, a petroquímica começou a mostrar resultados ao contribuir fortemente para a liderança do setor industrial na composição do Produto Interno Bruto, com 21,6% contra 20,5% do comércio e 16,5% da agropecuária (CEI, 1992)⁽⁵⁾. Dada a diminuta base industrial existente antes de sua montagem, esses resultados são potencializados. A partir de 1985, ela já passa a responder por mais da metade do Valor Agregado Bruto (VAB) da indústria de transformação (CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS - CPE, 1990)⁽⁷⁾.

Outra importante decorrência da implantação do complexo petroquímico-

co baiano relaciona-se com o crescimento e evolução da receita estadual. A arrecadação industrial de ICM passou de 30,4%, em 1975, para 55,8%, em 1985, sendo que deste total a petroquímica participava em média com 64,1% (CEI, 1990)⁽⁴⁾. Apesar desses importantes impactos, o segmento químico-petroquímico, por ser intensivo em capital, apresentava baixa absorção de mão-de-obra, empregando, em 1985, apenas 14,5% do total do pessoal ocupado na indústria baiana, mesmo respondendo por mais da metade do VAB industrial. A liderança neste indicador cabia ao segmento de produtos alimentares com 19,4% (CPE, 1990)⁽⁷⁾.

No início dos anos 90, na área do COPEC, as empresas em operação e em implantação representavam um investimento de quase US\$ 8 bilhões. Elas utilizavam um pouco mais de 24 mil trabalhadores como mão-de-obra direta. Como se nota, empreendimentos de alta relação capital/trabalho; para cada emprego eram necessários US\$ 321 mil, ou, para cada milhão de dólares aplicado, geravam-se apenas 3 postos de trabalho. Do total de inversões, 90,5% concentravam-se nos setores de química e metalurgia (SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO - SUDIC, 1992)⁽²¹⁾.

Como se verá mais adiante, a situação é na atualidade ainda mais dramática em decorrência do ajuste estrutural por que passam esses setores industriais. Apesar de terem ampliado sua capacidade de produção, eles reduziram aquele contingente de força de trabalho para algo próximo de 9 mil empregos diretos.

Isso, contudo, não obscurece o efeito multiplicador da atividade petroquímica na economia baiana, em termos de reflexos positivos na geração da renda e de empregos indiretos, em consequência, principalmente, da modernização e ampliação que ela impôs ao comércio, serviços e construção residencial. Esses reflexos poderiam ser ampliados se houvesse um maior inter-relacionamento com outros setores industriais, situados a jusante da indústria petroquímica. Na ausência de segmentos produtores de bens finais na Bahia, parte substancial da produção petroquímica precisava ser transformada fora do Estado; e continua sendo.

Por serem seus ramos industriais produtores de bens intermediários, a economia baiana tornou-se fortemente correlacionada com a nacional. A brutal retração desta última, no início da década de 80, e seus presumíveis

impactos negativos sobre o desempenho econômico estadual foram, todavia, atenuados pela agilidade da indústria petroquímica que, aproveitando-se de uma conjuntura internacional favorável, buscou no mercado externo a saída para o escoamento de sua produção, desde quando a demanda interna retraiu-se face à recessão econômica observada àquela época.

Essa penetração dos petroquímicos baianos no mercado internacional, aumentando sua participação no total geral das exportações do Estado de 1,59%, em 1978, para 24,14%, em 1987, foi motivada não apenas pelos subsídios e incentivos concedidos, mas também pelo sucesso dos programas de rompimento de gargalos na capacidade produtiva das plantas e de otimização energética, os quais possibilitaram às empresas reduções de custos e, em consequência, incrementos de competitividade. Aqueles produtos mantêm até hoje expressiva participação na pauta de exportações baiana*.

O setor metalúrgico, segundo segmento mais importante da indústria de transformação baiana, divide-se em seis grupos: produtos siderúrgicos; ferro-ligas; metais não-ferrosos; metais preciosos; fundição e produtos siderúrgicos diversos. Constata-se no mesmo um bom número de metalúrgicas de pequeno porte. Todavia, em que pese a presença dessas pequenas unidades produtivas, que cumprem um importante papel de geradoras de emprego, as siderúrgicas USIBA, SIBRA e FERBASA e, principalmente, a Caraíba Metais, que atua no sub-setor de metais não-ferrosos, respondem por quase 80% do Valor Agregado do setor. Apesar de não apresentar o mesmo desempenho alcançado pela indústria petroquímica, o setor metalúrgico experimentou um crescimento médio nos anos 80 de 12,3% a.a., determinado pela entrada em operação da metalurgia do cobre (CPE, 1990)⁽⁷⁾.

Na metade da década de 80, esse setor e o mecânico empregavam 20 mil pessoas, número este que em meados de 1995 tinha caído para algo em torno de 8 mil. Os anos de recessão e a drástica redução dos investimentos da Petrobrás justificam esta queda; afinal, muitas empresas se instalaram na Bahia para atender às necessidades de equipamento da estatal (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾.

O comportamento dos anos 80 foi fortemente influenciado pela entrada em operação da Caraíba Metais em 1982. O Valor Agregado Bruto do setor passou de 5,8%, em 1982, para 8,6%, em 1983, sendo que a implantação da

* Dados diretamente coletados junto ao CEL.

empresa inseria-se no contexto do programa brasileiro de substituição de importações. Ela deveria suprir a demanda interna consumidora de cobre eletrolítico, até então totalmente satisfeita por importações. Em 1986, a metalurgia baiana sofreu novo impacto positivo. A Caraíba Metais alterou a estrutura de sua planta, visando ampliar a produção, e a concluiu em 1987, ano no qual a empresa tornou-se responsável por 96% da produção nacional do metal, abastecendo 55% do mercado interno (CPE, 1990)⁽⁷⁾.

Já a indústria da construção na Bahia apresentou seu melhor desempenho na década de 70, em razão da presença do Estado, com seus investimentos em infra-estrutura, na construção de estradas, hidrelétricas, portos, aeroportos, etc., tanto no interior como na própria Região Metropolitana de Salvador (RMS). O objetivo era atender à nova demanda emergente e às necessidades do capital privado. Na década de 80, a queda dos investimentos pelo setor público (federal, estadual e municipal) associa-se às suas dificuldades de financiamento. Sem recursos financeiros em caixa, o Estado deixa de saldar os compromissos contratados, avolumando cada vez mais suas dívidas e inviabilizando novas inversões. O setor privado, por sua vez, sofrendo com a retração econômica e o aumento da capacidade ociosa, dispensa novos gastos com obras de construção.

Apesar desse quadro, a construção civil na Bahia não paralisou por completo suas atividades. Pelo contrário, a crise alterou a característica de atuação do setor. A maior concentração de renda, que se constata durante os anos 80, força sua reorientação. As novas inversões e financiamentos darão prioridade aos edifícios para escritórios de empresas (centros empresariais), unidades comerciais (*shopping centers*, supermercados e lojas de departamentos), apartamentos de luxo, *villages* e sedes de bancos, de forma a atender a demanda derivada do processo de crescimento e diversificação acima descrito. Esta é a nova estrutura de atuação da construção civil na Bahia. Apesar da redução no volume de produção e operações, o segmento tem conseguido manter-se em atividade, graças aos investimentos privados nessas novas prioridades. Nessa estrutura, não existe espaço para muitos. A Odebrecht, a OAS e mais três empresas apresentaram em 1988 92% do faturamento global do setor, o que reflete o alto grau de concentração nessa atividade (CPE, 1990)⁽⁷⁾.

Assim, a RMS - que compreende 10 municípios, dos quais destacam-se Salvador e Camaçari -, enquanto núcleo econômico de destaque, consolidou suas modernas feições e tendências ao longo da década de 80, com o

avanço da indústria de base, constituída pela metalurgia, química pesada e, em escala significativamente menor, pela indústria mecânica para equipamentos de perfuração de petróleo. A Região passou a concentrar um parque produtor de bens intermediários até então sem grandes perspectivas de desdobramentos, criado basicamente com recursos estatais e capital intensivo.

Tornando-se pólo de atração de migrantes, a RMS experimentou um marcante crescimento demográfico nos anos recentes. Dos 12 milhões de habitantes do Estado, quase 20% concentram-se nela. A conseqüência é um universo populacional marcado pela profunda desigualdade na distribuição de renda e um mercado de trabalho caracterizado pela aguda presença do subemprego e de relações contratuais informais. No presente, agrava-se a situação em decorrência dos investimentos em atualização tecnológica e do processo de terceirização. O maior PIB nordestino convive com os piores indicadores de qualidade de vida.

Esse conjunto de fatores gesta a realidade metropolitana com a qual se convive hoje. Salvador abriga o terceiro contingente populacional do País. Combinam-se aqui elementos de profunda carência social, com aspectos de primeiro mundo. A industrialização e a urbanização geraram, através das empresas criadas, uma nova classe média e um operariado urbano que, juntos, compõem as bases de um apreciável mercado de consumo para bens finais.

Em decorrência, forma-se e evolui um capital comercial e imobiliário de grande porte - empresas de representação, redes de supermercados, *shopping centers*, construtoras e imobiliárias, lojas de material de construção, revendedoras de veículos, etc. A própria indústria demanda um diversificado leque de serviços que incluem segurança, alimentação, transportes, consultoria, assistência médica, hotelaria, dentre outros.

O chassi urbano, com o recente adensamento ao longo das chamadas avenidas de vale, formou-se nesse processo e comporta desde significativas estruturas para a oferta comercial e de serviços, até os conhecidos problemas decorrentes de condições sociais e ambientais degradadas, como favelas e depósitos de lixo a céu aberto.

Para a agropecuária, o início dos anos 80 caracteriza-se pelo fato de ela ter sido suplantada na composição do produto estadual pelo segmento industrial, passando a ocupar a terceira colocação em importância na estrutura do PIB baiano. O declínio na produção de tradicionais culturas baianas, como o

fumo, cana-de-açúcar e o sisal, acentua-se nos anos 70. Na década de 80, o mais importante produto agrícola baiano, o cacau, incorpora-se a esse processo. Todavia, nessa época iniciou-se um movimento de modernização e diversificação na agricultura baiana, as chamadas "ilhas de modernidade", onde se concentram as agroindústrias, localizadas no oeste, com o cultivo da soja, e nos perímetros irrigados em Juazeiro e no Vale do São Francisco. Essa expansão agroindustrial, além de reverter um pouco o quadro de estagnação e atraso do setor agropecuário, criou perspectivas futuras quanto a um novo pólo de desenvolvimento para a economia baiana.

A perda de participação relativa da agropecuária baiana é, em parte, explicada pelos pesados investimentos industriais. Por outro lado, ela é uma das vítimas do processo de acumulação e modernização do capitalismo brasileiro. A concentração e centralização de capitais, a produção em larga escala e o aumento de produtividade na agropecuária do Centro-Sul passaram a exigir mercados mais amplos. Na Bahia, a realidade era bem diferente. Com exceção do cacau, o setor agrícola tradicionalmente dedicava-se à produção de subsistência, com pequenos produtores sem condições de incorporar o progresso tecnológico, aumentar a produtividade e buscar a diversificação produtiva. Isto leva, em um ensaio de globalização, à destruição dos mercados locais, pois esses pequenos produtores rurais, descapitalizados e atrasados tecnologicamente, não tinham condições de competir com os empreendimentos agrícolas organizados em moldes empresariais. Neste novo contorno da agropecuária brasileira, sobressaíram-se alguns estados como São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e os da Região Centro-Oeste.

Além disso, na Bahia, como de resto em todo o Nordeste, os fatores climáticos sempre contribuem negativamente e, em alguns anos, de forma particularmente significativa. Entre o período de 1979-1983, o estado da Bahia sofreu uma forte estiagem, ocorrendo quebra de safras. Em 1984, diminuiu a estiagem mas, em contrapartida, a lavoura cacauzeira, cultura de maior participação no valor bruto da produção agropecuária, foi castigada pelo excesso de chuvas, afetando adversamente o desempenho do PIB total da agropecuária. Resta mencionar as políticas adotadas pelos governos federal e estadual para a agricultura como um todo. Estas políticas, em um estado com as características da Bahia, só foram eficientes para os produtos destinados à exportação. A produção regional para o mercado interno, por tudo o que já foi dito, não é competitiva com a base agrícola de regiões melhor dotadas de recursos naturais e mais próximas dos principais mercados consumidores.

Em que pese esse cenário adverso na agricultura baiana, particularmente no final da década de 80, desenha-se, como já aludido, uma nova estrutura produtiva apoiada em projetos de irrigação, beneficiando a hortifruticultura em Juazeiro, Jaguaquara e Itiruçu, e a implantação da agroindústria, através do processamento do tomate no Vale do São Francisco, da soja no oeste baiano, do algodão no Vale do Iuiu e da carne e do leite em Itapetinga, Feira de Santana e Vitória da Conquista. Uma maior articulação entre Estado e iniciativa privada, com o objetivo de aumentar o direcionamento de recursos para essa agricultura moderna, poderá torná-la um grande pólo de desenvolvimento para a economia estadual nas próximas décadas.

Com relação à pecuária, nos anos 80 sua participação foi de 25% no PIB agropecuário; sofreu problemas semelhantes aos do setor agrícola, como a estiagem e os baixos preços, decorrentes das políticas econômicas contractionistas. A criação de bovinos, caprinos e ovinos forma a sua base. A exploração é feita de forma extensiva, principalmente a de caprinos e ovinos. Já o rebanho bovino baiano é o sexto do País e o primeiro do Nordeste. A pecuária bovina é a de maior importância dentro do setor, mesmo convivendo com uma baixa produtividade, devido à ocorrência de secas e ao atraso no seu modo de produção - é utilizado o sistema de monta, quando o mais indicado seria o sistema controlado (CPE, 1990; CEI, 1992)^(7,5).

Tendo-se exposto brevemente o comportamento da indústria de transformação, da construção civil e da agropecuária na década de 80, examinam-se a seguir os principais vetores de expansão econômica nos anos 90 - químico-petroquímico, papel-celulose, mineração, agroindústria e turismo - e suas possibilidades futuras. São previstos para os próximos cinco anos investimentos privados de US\$ 3,3 bilhões nessas áreas (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾. Adiantando alguns dados, para que se tenha uma visão geral, a indústria de transformação baiana - cuja produção, segundo estimativas, está 70% concentrada nos gêneros químico, metalúrgico, papel e celulose e produtos alimentares - cresceu 15,47% nos últimos dois anos. Isto fez com que de 1980 a 1993 tenha-se expandido 44,7% no acumulado, contra apenas 3,3% da indústria de transformação brasileira (CEI, 1992)^{(5)*}. No ano de 1994 sua expansão foi de 5%, passando a responder por 25% do PIB estadual que, neste mesmo ano, impulsionado pelo Plano Real, cresceu a uma taxa de

* Os dados posteriores a 1991 foram diretamente coletados junto ao CEI.

6,7%, superior à constatada em 1986, época do Plano Cruzado (6,3%) e acima do desempenho apresentado pelo PIB nacional (5,6%). O PIB baiano atualmente situa-se em torno de US\$ 25 bilhões (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾.

3 A REALIDADE DOS ANOS 90

O desempenho do setor químico-petroquímico baiano tem estado associado ao comportamento dos mercados interno e externo. Em seu conjunto, a petroquímica, que comanda o setor, viveu nos primeiros anos desta década um período de relativa estagnação, ainda que algumas empresas tenham realizado investimentos em ampliação de capacidade produtiva, a exemplo da Companhia Petroquímica do Nordeste (COPENE), Poliolefinas e Politeno.

Com relação à COPENE, foram gastos na sua duplicação, que teve início em maio de 1988 e conclusão em agosto de 1992, US\$ 1,061 bilhão. Essa duplicação tornou a COPENE a maior empresa fornecedora de petroquímicos básicos da América Latina. Produzindo anualmente um pouco mais de 1 milhão de toneladas de etileno, ela responde por 45% da oferta nacional. Outros efeitos positivos da duplicação: a empresa fechou o ano de 1992 utilizando 85% da sua capacidade instalada, sendo que em 1993 a ocupação média foi de 93%; seu faturamento alcançou a cifra de US\$ 800 milhões em 1992, saltando para US\$ 1,1 bilhão em 1993 e US\$ 2,1 bilhões em 1994 (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾. Já os gastos das outras duas empresas atingiram a cifra de US\$ 255 milhões. A difícil conjuntura vivida pela petroquímica brasileira no início do Governo Collor não induzia a significativos dispêndios empresariais. O forte desaquecimento do mercado interno, combinado com a queda das alíquotas de importação, num cenário internacional de superoferta, provocou uma inundação de importações petroquímicas no mercado nacional.

Nesse contexto, a repetição da estratégia adotada pela petroquímica baiana na primeira metade da década de 80, de utilizar o mercado externo como escoadouro da produção não absorvida internamente, tornava-se inviável, não apenas pela existência de grandes excedentes no mercado internacional, mas também pelas fragilidades competitivas constatadas neste setor industrial, no Brasil.

Mesmo com estas dificuldades, a petroquímica baiana conseguiu manter um razoável patamar de investimentos. Estes investimentos repercutiram, evidentemente, na indústria de transformação, cujo desempenho em 1993 (9,2%) foi ainda mais expressivo que o de 1992 (5,8%), depois de duas taxas negativas em 1990 e 1991 (-5,8% e -4,2%, respectivamente). O crescimento do gênero químico-petroquímico alcançou, em 1993, 7,3%. Se as ampliações acima mencionadas não tivessem sido realizadas, a expansão do mesmo seria de apenas 3%.

Apesar de sua importância e dos fatos positivos por ela criados, já foi destacado que a petroquímica não produz na Bahia significativos efeitos de encadeamento a jusante da sua cadeia produtiva. Seus principais desdobramentos são, na verdade, indiretos, atingindo os serviços (comércio e transportes) e a construção civil. Um outro aspecto a ser salientado é que as estratégias expansivas e diversificativas dos grupos químico-petroquímicos localizados no COPEC são, na sua maioria, formuladas fora da Bahia e/ou do Brasil.

Os limites da intervenção estadual na química e petroquímica são, pois, estreitos. Além de tentar exercer pressão para influenciar a formulação das políticas federais macroeconômica e setorial, cabe ao governo estadual assegurar a infra-estrutura necessária à ampliação que vem-se efetivando, de sorte a evitar restrições à expansão do segmento, num futuro cenário de crescimento sustentado da economia brasileira. Neste sentido, mostrou-se exitosa a articulação técnico-política do governo estadual, junto ao governo federal e à Petrobrás, garantindo a duplicação da Refinaria Landulpho Alves. Esta ampliação, a ser concluída em 1997, exigirá recursos de US\$ 420 milhões e elevará a capacidade de refino dos atuais 22.350 m³/dia para 46.650 m³/dia, reduzindo as necessidades baianas de importação de nafta (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾.

Uma alternativa que tem sido freqüentemente levantada para magnificar localmente os efeitos para a frente da petroquímica é a implantação da chamada terceira geração, na qual os petroquímicos de segunda geração sofrem sua última transformação físico-química, tornando-se um bem final para consumo, montagem ou embalagem de outros bens. Em relatório publicado em 1991, a CPE, após destacar o diminuto peso relativo desse segmento na economia baiana, parte para identificar as causas de tal situação. Nessa última etapa da transformação petroquímica, o valor do produto aumenta com a agregação de volume, com o que se elevam os custos de transporte.

Na ausência de um setor produtor de bens finais no Estado, inviabiliza-se a transformação dos bens intermediários petroquímicos.

A implantação de um parque produtivo de bens finais na Bahia, que o citado relatório acredita ser possível, viabilizaria a transformação petroquímica ao criar um mercado local para peças, componentes e embalagens. Essa crença apóia-se em dois motivos. Em primeiro lugar, a produção local de bens intermediários atrairia os produtores de bens finais; em segundo lugar, por representar 40% do mercado nordestino e 16,5% do mercado nacional (CPE, 1991)⁽¹¹⁾, a economia baiana teria condições de sediar empresas nos segmentos têxtil e de confecções, mobiliário, calçados, alimentos, bebidas, produtos de higiene, materiais de construção, etc., uma vez que o peso do mercado garantiria as escalas de produção necessárias a um setor de bens de consumo final. Neste ponto uma questão pode ser levantada: quem bancaria os investimentos necessários à implantação do setor na Bahia? Num cenário altamente competitivo, no qual a disputa por mercados se acirra, esse setor teria que concorrer com o existente no Centro Sul, tornando-se redundante aos olhos do empresariado daquela região. Supondo crescimento econômico com estabilização, capitais nacionais e/ou internacionais, seguindo a lógica da valorização, poderiam abrir mão das economias externas do Centro Sul e se dispor a produzir localmente, se, ao trunfo da disponibilidade da matéria-prima na Bahia, fossem agregadas respostas satisfatórias às seguintes indagações: 16,5% do mercado nacional são suficientes para induzir o deslocamento de plantas produtoras de bens finais? Com o impacto das novas tecnologias sobre a produção de bens finais, a proximidade a pólos tecnológicos não é crucial? A abertura comercial, ao desestruturar setores produtores de bens finais no Centro Sul, impondo-lhe um grande esforço de modernização, deixa recursos suficientes para uma reorientação regional de plantas?

Como se observa, essa e outras questões potencializam as incertezas e tornam as decisões de investimentos extremamente cautelosas. Um atrativo para esses capitais poderia ser a concessão, pelo Estado, de incentivos fiscais e financeiros. A guerra fiscal a que se assiste atualmente e a fragilidade financeira do setor público diminuem bastante as possibilidades de sucesso dessa opção.

Uma outra alternativa seria montar uma estratégia paralela e autônoma com capitais locais. As dificuldades neste caso são previsíveis. Os segmentos empresariais baianos de porte teriam condições e/ou desejariam lançar-se nessa empreitada? Sendo positiva a resposta, teriam essas empresas locais

capacitação tecnológica? É bem possível que essa estratégia permitisse apenas a constituição de alguns segmentos finais de tecnologia simples ou intermediária, atendidos por pequenas e médias empresas, que cumpririam um importante papel de gerador de emprego e renda, mas dificilmente alavancariam a implantação da transformação petroquímica de terceira geração na Bahia.

A economia baiana, sem dúvida, passou por profundas transformações. A agricultura modernizou-se através de projetos de irrigação, grandes investimentos realizaram-se no setor de celulose, como se verá a seguir, e o pólo petroquímico ampliou-se. Não se deve esquecer, contudo, que todo esse processo ocorreu em um contexto de integração não conflitante, no qual foram aproveitadas vantagens regionais, oriundas de recursos naturais disponíveis, como incentivos fiscais, por exemplo. A história tem demonstrado que propostas ambiciosas de desenvolvimento autônomo de regiões periféricas, apesar das boas intenções, caracterizam-se pelo voluntarismo, com o que o fracasso termina sendo seu destino final.

Mais recentemente, em função do processo de terceirização no setor, têm surgido pequenas empresas fornecedoras das grandes firmas, formando um universo ainda desconhecido e intensificando a subcontratação. Sabe-se, apenas, que as mais bem sucedidas encontraram formas de convivência em parceria com as grandes empresas e, algumas delas, absorvem força de trabalho de maneira informal. Este pode ser um espaço para a intervenção pública articulada no setor privado. No âmbito de um programa de qualidade, buscar-se-ia aprimorar técnica e gerencialmente essas unidades produtivas, marcadamente baianas, bem como apoiar sua organização coletiva (nas entidades patronais, onde têm pouca expressão), para que pudessem defender seus interesses e fazer ouvir suas aspirações e necessidades não só localmente mas, também, no plano nacional.

A partir de 1994, o panorama mudou. Ajudado pela recuperação dos preços no mercado internacional, em decorrência do maior consumo por parte dos países avançados, e pela retomada da demanda interna com o Plano Real, o setor petroquímico brasileiro conseguiu vender mais por um preço melhor. Internamente chegou a haver problema de abastecimento, o que levou o Governo a criar um imposto de exportação, como forma de evitar que as empresas direcionassem parte de sua produção para o exterior, e a reduzir as alíquotas de importação, medida que não teve muito efeito, pois havia falta de produtos lá fora. Os preços do etileno nos EUA, por exemplo,

saltaram de US\$ 320.00 a tonelada, em maio de 1994, para US\$ 672.00, ao final de março de 1995 (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾.

De acordo com o balanço setorial elaborado pela Associação Brasileira da Indústria Química e Derivados (ABIQUM) - que reúne os resultados das 106 empresas mais representativas do setor - o faturamento chegou, em 1994, a US\$ 10,5 bilhões, com um resultado líquido positivo conjunto de US\$ 1,3 bilhão, contra prejuízos de US\$ 169,6 milhões, US\$ 56,3 milhões e US\$ 817,2 milhões em 1993, 1992 e 1991, respectivamente (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾.

Esse novo cenário detonou antigas reivindicações como a duplicação do pólo Sul e a criação do pólo Rio. Argumenta-se que na hipótese de a economia brasileira crescer em média à taxa de 5% ao ano, por um período de 10 anos, será necessário que se duplique a capacidade de produção da petroquímica brasileira. O anúncio desses planos despertou o temor, em alguns estudiosos da economia baiana, de uma significativa perda de participação da petroquímica estadual. A curto prazo, este temor é infundado, pois antes de a Bahia perder participação relativa, São Paulo apresenta-se como primeiro candidato, por conta dos sérios problemas ambientais provocados pela petroquímica naquele estado. Ademais, a duplicação do pólo Sul só estará concluída em 1999 e o pólo Rio não saiu do papel.

Pode-se, portanto, esperar a manutenção de um dado ritmo de investimento que mantenha, pelo menos até o final do século, a participação relativa da petroquímica baiana. O grupo Mariani, por exemplo, aproveitando esse novo ciclo de alta de preços, vai investir, até 1998, US\$ 260 milhões para ampliar plantas e construir uma nova fábrica para produzir uma resina (PET) de ampla utilização em embalagens. As três principais empresas do grupo no COPEC (Pronor, Nitrocarbono e Engepack) somaram um faturamento de US\$ 424 milhões em 1994 (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾.

De qualquer sorte, seria salutar que a economia baiana reduzisse sua dependência da atividade petroquímica. Neste sentido, todas as análises sobre possibilidades expansivas para os anos 90 contemplam a indústria de papel e celulose, isto devido às perspectivas que se abrem para a mesma, tanto no âmbito do mercado interno como no externo.

A implantação dessa indústria na Bahia tornou-se possível em virtude das vantagens comparativas em relação a outros estados do Brasil e outros

países: as excelentes condições edafo-climáticas (favoráveis ao cultivo do eucalipto); a espetacular produtividade que alcança o setor florestal baiano, chegando a ser até dez vezes superior a de alguns países produtores como a Suécia, onde a idade para corte das árvores é de 70 anos, ao passo que na Bahia é de apenas 7 anos; e a disponibilidade de terras, importante elemento na composição de custos do setor, devido ao reflorestamento.

Existem no Estado três distritos florestais com um total de área disponível para investimentos em torno de 5 milhões de hectares, quais sejam o Distrito Florestal Sul, o Distrito Florestal Norte e o Distrito Florestal Oeste (praticamente desativado). Nos anos 80, o Programa Nacional de Papel e Celulose foi relançado, diante do aumento do consumo mundial desses produtos, e a Bahia, pela dimensão de seus maciços florestais, tornou-se uma fronteira nacional para a sua produção. Foram iniciados, então, os projetos do Extremo Sul, através da Bahia Sul Celulose, em produção desde 1993, e o do Litoral Norte, com a NORCELL. Esta empresa, resultado da associação da COPENER (de propriedade da COPENE) com a RIOCELL S.A. (uma empresa do Rio Grande do Sul), planejava investir US\$ 1 bilhão para implantação de uma unidade industrial produtora de papel e celulose química branqueada, a partir da utilização do eucalipto.

Eram previstos 1.850 empregos diretos e 2.000 indiretos neste projeto e 985 diretos e 1.065 indiretos no setor industrial. A fábrica se localizaria a cerca de 5 km do litoral, vizinha à comunidade de pescadores de Massarandupió, município de Entre Rios, e contaria com um emissário submarino, uma barragem no Rio Subaúma, para atender à grande demanda de água, uma vila residencial e talvez um porto próprio, entre Porto de Sauípe e Subaúma. A COPENER previa ainda o plantio adicional de novas áreas, com extensão total estimada de 32,9 mil ha, para atendimento à demanda da fábrica (NORCELL, s.d.)⁽¹⁸⁾.

Desde 1990 foram realizados os trabalhos de terraplanagem e drenagem, mas a construção da fábrica ainda não teve início. Com a suspensão do mecanismo de conversão de dívida externa, o aporte de recursos que financiariam o projeto não se concretizou, comprometendo sua implantação. Ademais, a queda recente no preço internacional da celulose, que perdurou até 1993, obrigou a uma revisão das metas de produção fixadas no programa nacional de 1987. A Aracruz Celulose, por exemplo, um dos gigantes do setor, acusou prejuízo de US\$ 61 milhões, em 1993. Seu faturamento, que chegara a US\$ 1 bilhão em 1991, não passou de US\$ 500 milhões. Ajustes

internos começaram a ser feitos. De 1991 a 1993, o total de empregados caiu de 7 mil para 5,1 mil e a empresa começou a diversificar seus negócios. Uma das alternativas tem sido a utilização de suas florestas para produzir madeira a ser fornecida às indústrias de móveis e construção civil. Neste cenário, não parecia otimista imaginar a construção imediata da fábrica da NORCELL. Todavia, a exemplo dos produtos petroquímicos e outras *commodities*, os preços da celulose voltaram a subir no mercado internacional, algo que poderia contribuir para viabilizar a retomada dos investimentos. De 1994 até o final de agosto de 1995, os preços da celulose subiram de US\$ 400.00/t para cerca de US\$ 850.00 (GAZETA MERCANTIL, 1995)⁽¹³⁾.

Por outro lado, a implantação de uma fábrica de celulose, com seu conhecido potencial poluidor, no Litoral Norte - região de enorme beleza, que já abriga atividades turísticas importantes e foi recentemente escolhida pelo grupo Odebrecht para sediar a implantação de um projeto de vulto neste setor - estabeleceria um conflito de uso que obriga agentes públicos e privados a reverem as alternativas de ocupação da área. Este conflito de uso, que poderia se tornar efetivo, é um ponto para reflexão e exame criterioso. A questão que deve ser levantada é a seguinte: *como compatibilizar atividade econômica, condições ambientais e maiores benefícios sócio-econômicos?*

Não se trata de uma apaixonada defesa da intocabilidade do ambiente natural, sem levar em conta a necessidade de as populações terem acesso a fontes de emprego e renda, mas de avaliar qual das fontes é a mais adequada. Até onde se sabe, a produção de celulose caracteriza-se como um enclave. Não possibilita significativos desdobramentos econômicos, gera relativamente poucos empregos, provoca expulsão de trabalhadores rurais e destrói atividades tradicionais. A atividade turística, se adequadamente explorada, pode melhor harmonizar-se com as condições existentes, gerando maiores impactos sócio-econômicos.

A rigor, o empreendimento de porte que se tem no Estado, como já mencionado, é o da Bahia Sul Celulose, que consumiu aproximadamente US\$ 1,5 bilhão e produz 500 mil t/ano de celulose de fibra curta e 250 mil t/ano de papel, com seu raio de ação econômica envolvendo os municípios de Mucuri, Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça e Teixeira de Freitas. A empresa surgiu ao final de 1987, a partir da associação entre as Companhias Vale do Rio Doce e Suzano de Papel e Celulose, com o BNDESPAR e o *International Finance Corporation* (IFC/BIRD). Sua construção foi iniciada em julho de 1989, sendo que a primeira unidade entrou em operação em

1992, produzindo celulose branqueada de fibra curta. No começo de 1993 é dada a partida na unidade produtora de papel de imprimir e escrever. Para suprir suas atuais necessidades, ela ocupa uma área florestada em torno de 150 mil ha, sendo a maior parte de sua produção destinada ao mercado externo - 80% de celulose e 40% de papel (CARNEIRO, 1994)⁽²⁾.

Encontra-se em fase de análise, pelo órgão de meio ambiente, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) para um outro grande projeto de celulose, também no Extremo Sul do Estado (Veracruz Florestal), no município de Eunápolis, a ser abastecido por florestas que se estendem pelos municípios de Belmonte, Guaratinga, Itabela, Itagimirim e Santa Cruz de Cabrália.

Seu porte é um pouco superior ao da Bahia Sul e deverá ocupar uma área de florestas em torno de 200 mil ha. O CEPRAM - instância estadual deliberativa em questões ambientais - determinou a elaboração do EIA, sugerindo a utilização de tecnologia de ponta, para que o branqueamento do produto seja feito sem cloro. Com isto, o principal risco ambiental desta atividade ficaria superado. O projeto, de propriedade do grupo Odebrecht, deverá contar com um sócio estrangeiro e investimentos de US\$ 1,3 bilhão. A fábrica de celulose terá capacidade para processar 750 mil t/ano e o empreendimento florestal já está avançado.

A produção de celulose e sua atividade correlata (o manejo de florestas homogêneas) costumam representar uma alternativa produtiva que se choca com um grande leque de outras atividades, tais como o abastecimento d'água humano, o turismo, usos distintos para a terra e para os recursos hídricos, etc. A salutar emergência dos movimentos ecológicos, tendo como um dos seus alvos prioritários este setor, provocou significativo avanço tecnológico na sua qualidade ambiental. As tecnologias mais recentes, incluindo a que não utiliza o cloro para branqueamento, reduziram em muito o nível de risco, com o que alguns desses conflitos são minimizados e/ou eliminados.

Apesar de ser uma região de turismo, no Extremo Sul da Bahia diferentemente do Litoral Norte do Estado (também uma área turística), o conflito econômico desta atividade com a produção de celulose dá-se de forma menos visível, pois as plantas industriais estão distantes da costa. A concentração fundiária continua, todavia, sendo um problema. O fato é que a indústria de celulose não gera importantes impactos diretos quer a montante, quer a jusante, a instalação de empreendimentos dessa natureza em regiões pobres acaba por representar uma elevação do nível médio de renda da

população local, já que surge um volume razoável de empregos formais, modificando as relações sociais vigentes. No caso em tela, os dois empreendimentos (Bahia Sul e Veracruz) representarão, aproximadamente, 5 mil empregos diretos para uma mão-de-obra pouco qualificada, incrementando, naturalmente, o comércio e os serviços locais.

A implantação desses projetos causou impacto na indústria de transformação baiana. Somando os anos de 1992 e 1993, as atividades ligadas à produção de papel e celulose foram as que mais cresceram (95,3%), impulsionadas pela entrada em operação da Bahia Sul, em um segmento, até agora, de pouca expressão na economia baiana. Segundo estimativas, ele passaria dos atuais 2% de participação no Valor Agregado Industrial para aproximadamente 16% no final da década. Confirmados esses números, o setor será um dos principais vetores de crescimento da economia estadual, tornando-se o segundo mais importante na estrutura do produto industrial, desbancando, assim, o segmento metalúrgico (CPE, 1991)⁽¹¹⁾.

O dinamismo apresentado pelo setor agroindustrial no final da década passada coloca-o como mais um importante indutor de crescimento da economia baiana para a década de 90. O crescente desenvolvimento da agroindústria baiana foi motivado por alguns fatores, tais como o esgotamento da fronteira agrícola nas tradicionais regiões produtoras do País; a vantagem climática em relação ao Centro-Sul (inexistência de geadas); e o aumento do uso da irrigação no Nordeste, particularmente na Bahia.

Os produtos irrigados apresentam, além da melhor qualidade e do menor risco, uma relação benefício/custo mais elevada que a registrada nos cultivos de sequeiro, em razão da alta produtividade e das elevadas taxas de ocupação do solo. Além disso, com a regularização do suprimento para o mercado, as flutuações sazonais de preços são reduzidas, aumenta-se a eficiência produtiva e estabiliza-se o sistema de comercialização. Na Bahia, como de resto em todo o Nordeste, o desenvolvimento de uma agricultura moderna e dinâmica, com possibilidades de interface com a produção industrial, deve ter como alicerce a adoção de uma consistente e coerente política de irrigação.

O potencial de recursos de água e solos no Estado garante amplas perspectivas de crescimento da produção e tem contribuído para a instalação de complexos agroindustriais integrados. A disponibilidade de solos para irrigação no Estado é de 1,6 milhão de ha. Destes, 138 mil ha já estão

efetivamente ocupados e 897 mil encontram-se com projetos em andamento. Podem-se destacar quatro áreas de desenvolvimento recente de irrigação na Bahia: o Vale do São Francisco, com intervenções do setor privado, da CODEVASF e do Governo Estadual, sendo o pólo de Juazeiro-Petrolina sua principal subárea; a Chapada Diamantina, que só a partir de 1986 teve seu potencial identificado; Irecê; e o Oeste do Estado, que hoje já se configura como a maior área de concentração de pivôs centrais do País (379 até maio de 1993).

O pólo de Petrolina-Juazeiro, do início dos anos 70 até 1985, absorveu 25% do total dos investimentos públicos em irrigação no Nordeste, sendo que a área beneficiada correspondia a 38,8% do total da área irrigada na Região. Em 1988, a participação desse pólo atinge praticamente 50% da área irrigada total do Vale do São Francisco. Esses investimentos estatais nos perímetros irrigados ocorreram sob a forma de infra-estrutura física e social, como a construção de canais de irrigação, instalação de máquinas e equipamentos de irrigação, pavimentação de estradas, acesso aos lotes, energia elétrica, construção de agrovilas, escolas, etc. Além disso, os governos estaduais tiveram participação decisiva no desenvolvimento desta sub-região, com a implantação dos distritos industriais em Juazeiro e Petrolina, possibilitando a instalação de diversas unidades agroindustriais.

No final da década de 80, o parque agroindustrial da região vivia um bom momento, dinamizado, sobretudo, pelo processamento do tomate, com destinação quase que exclusiva (90%) à fabricação de pastas. Em 1989, a região chegou a processar 40% da produção nacional, mas devido a uma conjugação de fatores adversos, tais como baixos preços pagos aos produtores, traça do tomateiro, superdimensionamento da produção e falta de mão-de-obra especializada, esta atividade entrou em crise, a ponto de reduzir sua área plantada de 12 mil ha em 1989, para 4 mil ha em 1990, provocando uma total desagregação entre indústria e fornecedor. Atualmente, o segmento ainda se ressente da crise de 1990, algo que se expressa no desaquecimento do ritmo produtivo das unidades de esmagamento aí existentes: Cica, Palmeiron, Etti, Frutos do Vale e Costa Pinto (CPE, 1994)⁽⁶⁾.

Desde então, constata-se um movimento de reestruturação neste segmento agroindustrial regional. O processo de incorporações; vendas e fusões observado no ano de 1992, entre as esmagadoras de tomate e as unidades de produção de conservas, é uma ilustração. Verifica-se, também, a busca de novos nichos de mercado (interno e externo), como a produção de frutas *in*

natura (manga, mamão, melão, maracujá, acerola, goiaba e uva), sendo que a região tornou-se o maior centro exportador de uvas de mesa do País. Incursões na industrialização da uva (suco e vinhos) e da manga (suco) têm também sido feitas. Além disso, os grandes grupos acima aludidos vêm adotando novas estratégias empresariais. Dentre estas, verifica-se a verticalização da produção e o recrutamento de mão-de-obra com níveis de especialização bastante superiores aos de quatro anos atrás (CPE, 1993)⁽⁸⁾.

Evidentemente que este quadro não pode ser superestimado. A produção irrigada de frutas é localizada e direcionada para nichos muito específicos de mercado. Conseqüentemente, suas possibilidades, enquanto elemento dinâmico de um determinado sistema, ficam comprometidas por seus limitados impactos quer a montante, quer a jusante. Ademais, do ponto de vista social, é um ramo de atividade que emprega pouco e sazonalmente, sem falar nos baixos salários geralmente pagos.

A exploração agropecuária intensiva dos cerrados da Chapada Diamantina teve início no ano de 1984, com o plantio das culturas de soja e trigo em escala muito reduzida, quase que experimentalmente, por produtores oriundos das regiões Sul e Sudeste do País. Entretanto, a ocorrência de déficits hídricos pronunciados, durante o desenvolvimento das lavouras, causou quebra de rendimentos nos cultivos e mostrou que a realização de investimentos em irrigação seria de fundamental importância para a exploração do extraordinário potencial agrícola dessas terras. Os resultados positivos alcançados pelos primeiros irrigantes, aliados ao efeito catalizador da construção pelo Governo do Estado, nos anos de 1985 e 1986, das pontes sobre os rios Piabas, Combucas, Moreira e da Lage, estimularam a realização de maciços investimentos privados em irrigação no período de 1986-93, abrangendo um total de 4,3 mil ha e recursos da ordem de US\$ 23,5 milhões dos próprios produtores e de organismos financeiros federais.

Um levantamento histórico realizado no Rio Paraguaçu, o principal da região, revela, no entanto, uma elevada recorrência de vazões muito inferiores às necessárias para o funcionamento dos equipamentos hoje instalados. Este fato, em conjunto com outros problemas de infra-estrutura, a exemplo da carência de energia elétrica, tem impedido a ocupação da maior parte das áreas irrigadas, causando elevados prejuízos aos empresários e ao Estado, em função do subaproveitamento das inversões efetuadas e das peculiares e privilegiadíssimas características de solo, temperatura e água na região.

Apesar desses problemas, a Chapada Diamantina tornou-se um dos principais pólos de produção de hortaliças do Nordeste. Alguns fatores básicos estimularam esse crescimento, a saber:

- a) as condições climáticas de alta temperatura e insolação predominantes no Nordeste, ao tempo que beneficiam atividades como a fruticultura tropical, criam dificuldades para a produção de diversas culturas, entre as quais se destacam muitas das principais hortaliças consumidas pela população e espécies frutíferas de clima subtropical e temperado. Na Chapada, a elevada altitude corrige os efeitos da latitude, motivando a ocorrência de temperaturas amenas durante todo o ano, o que permite o desenvolvimento adequado dessas lavouras;
- b) o abastecimento nordestino desses alimentos é feito, em sua maior parte, com a importação do Centro-Sul do País, o que eleva significativamente os custos de transporte e motiva perdas de qualidade, em função da perecibilidade de alguns desses produtos, notadamente para os estados mais setentrionais. A produção desta região se beneficia da vantagem locacional e poderá atender a grande parte da demanda estadual das olerícolas, inclusive gerando excedentes para venda em outros estados;
- c) o desenvolvimento da olericultura local é também estimulado pela tendência de realocação das áreas de produção de hortaliças, com o inexorável avanço das grandes cidades sobre os chamados "cinturões verdes", em função da elevação do valor das terras e da redução da disponibilidade de mão-de-obra, atraída por setores da atividade econômica urbana;
- d) as características de solo e topografia permitem a mecanização de parte dos tratos das culturas e o plantio de grandes áreas, para os padrões de hortaliças, o que promove notáveis ganhos de escala na produção;
- e) as condicionantes agro-climáticas, aliadas a irrigação e a procedimentos tecnológicos adequados, possibilitam o cultivo durante todo o ano, o que é um trunfo na conquista de mercados, em função da regularidade no fornecimento dos produtos. Além disso, em decorrência das mesmas razões, produtos de excelente qualidade são colhidos e colocados, inclusive, junto à fatia dos consumidores mais

exigentes do Centro-Sul. Com o emprego de técnicas agronômicas modernas, são alcançadas elevadas produtividades que reduzem o custo unitário dos produtos;

- f) as características da produção e os custos unitários locais, aliados à área potencial irrigável, possibilitam a instalação futura de agroindústrias para processamento da produção agrícola.

Na região de Irecê, as primeiras áreas irrigadas datam de 1973. Nos últimos seis anos, mais 4 mil ha foram incorporados, totalizando no momento 5,5 mil ha, que abrigam como principais culturas o alho, a beterraba, a cebola e a cenoura. Os dados revelam que a cenoura e a beterraba cobrem 85% da área irrigada, sendo ambos os produtos considerados de excelente qualidade e grande aceitação no mercado nacional. Seguem em importância a cebola e o alho. Os municípios de João Dourado e América Dourada concentram tanto o maior número de produtores como a maior área, o que é facilmente explicado pela presença da infra-estrutura de energia e transportes (Estrada do Feijão), atravessando estes municípios. Atente-se para o fato de que grande parte dos investimentos na implantação de áreas irrigadas ocorreu, principalmente, com recursos próprios, resultantes da capitalização de uma parcela significativa de produtores rurais que investiram racionalmente na região o crédito agrícola subsidiado.

Este é um significativo traço a ser relevado na região. A irrigação é feita quase que exclusivamente por pequenos produtores, sendo que a maioria utiliza águas subterrâneas. Estas iniciativas, mesmo que ainda tímidas, vêm mudando de forma significativa o perfil regional. Atualmente, são irrigados no Platô de Irecê entre 4 e 5 mil dos mais de 400 mil ha. Um outro aspecto bastante importante da irrigação é que esta cumpre o papel de manter a mão-de-obra que trabalha no feijão ocupada durante todo o ano, garantindo emprego a aproximadamente 20 mil trabalhadores rurais.

Tem-se hoje três projetos em curso que merecem destaque. O do Baixo de Irecê, de responsabilidade da CODEVASF, pretende irrigar 2,5 mil ha, utilizando os recursos hídricos da Barragem de Mirorós. De igual importância para a região é o Projeto CODEVERDE, a ser implantado na margem do Rio Verde e que a médio e longo prazos irrigará outros 130 mil ha. Já o Projeto Platô de Irecê, que será financiado pelo Governo Federal, através da CODEVASF, estima a irrigação de 11 mil ha na área, diferenciando-se de outros projetos em dois aspectos básicos: não prevê a desapropriação de

terras nem a implantação de infra-estrutura pesada na região. A irrigação será feita a partir do aproveitamento da água subterrânea e abastecerá pequenas aglomerações de irrigantes, pressupondo a gestão integrada e localizada da água.

As propriedades irrigadas demandaram, em 1992, algo em torno de 12 mil t/ano de fertilizantes, além de defensivos e, evidentemente, equipamentos de irrigação, na praça de Irecê. O principal instrumento de financiamento dos irrigantes tem sido o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e Banco do Estado da Bahia S.A. (BANEH) desde 1989. Mesmo com crédito subsidiado, as taxas de juros têm sido um entrave ao aumento da área plantada. Ademais, os produtores queixam-se das limitações às culturas irrigadas, associadas às elevadas tarifas de energia elétrica e à completa falta de assistência técnica e pesquisa agrônômica.

Apesar desses obstáculos, a região de Irecê apresenta excelentes perspectivas, pela combinação de fatores favoráveis. Um destes é a boa produtividade das suas principais culturas: cenoura com 30 mil kg/ha e a beterraba com 23 mil kg/ha, além da excelente adequação do produto (tamanho e peso) às exigências do mercado consumidor. Essas características produtivas, que só encontram paralelo na produção paulista, coloca a região de Irecê em uma posição privilegiada, capacitando-a a abastecer diretamente capitais do Centro-Sul e Nordeste.

Os componentes da produção atual da área de Irecê ainda não favorecem o desenvolvimento de uma atividade agroindustrial, em função de duas questões básicas:

- a) por ser de elevado risco, a exploração das áreas de sequeiro não oferece condições para o surgimento de unidades agroindustriais voltadas para o processamento das culturas ali desenvolvidas. Embora haja menor risco na produção irrigada, a escala existente e as características dos produtos não são ainda capazes de fomentar o segmento;
- b) a inexistência de oferta de "água lisa" constitui impedimento aos processos de produção industriais, já que as águas de subsolo não se adequam, causando sensível diminuição da vida útil dos equipamentos.

Entretanto, as potencialidades para o desenvolvimento de uma agroindústria na região não se restringem à qualidade dos solos ou à disponibilidade de água existente. Existem possibilidades de excelentes lucros com o cultivo de citros, manga, uva e banana, em condições de produção bastante semelhantes às de Juazeiro. Neste caso, a comercialização dessa produção será facilitada, uma vez que deverão ser utilizados fluxos e canais já existentes na região de Juazeiro-Petrolina.

Em termos de moderna agricultura, resta mencionar o Oeste baiano e sua crescente produção de grãos. Esta parte do território estadual está sendo considerada de grande potencial para futuros empreendimentos agroindustriais, além dos já existentes. Esta perspectiva decorre do alto padrão tecnológico que está sendo empregado na cultura da soja, beneficiando, desta forma, a modernização da região e abrindo caminho para a implantação, até o final da década, de novos complexos agroindustriais que possuem conexões com a soja, como a suinocultura e a avicultura.

Na região, existem duas unidades agroindustriais para o esmagamento dos grãos de soja, a OLVEBASA e a CEVAL. A OLVEBASA estimava produzir 5 milhões de latas de óleo em 1994, o que significava uma capacidade de esmagar 270 mil t/ano de soja e 215 mil t/ano de farelo peletizado. Já a CEVAL pode processar 450 mil t/ano. Com estas fontes de demanda, estima-se que a região passará das 592 mil t da safra de 1992-93, para 3,6 milhões no ano 2000. Em 1994-95, ela já atingiu 1 milhão de toneladas (COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAR, 1993; GAZETA MERCANTIL, 1995)^(12,13).

Convém destacar que o Oeste não depende apenas do cultivo da soja. Existem também as culturas do milho, que pode saltar das atuais 167 mil t/ano para 1,0 milhão t/ano; do arroz, que pode aumentar de 90 mil t/ano para 500 mil t/ano; e do feijão, que deverá se expandir dos 40 mil t/ano para 350 mil t/ano, sendo que todas essas previsões são válidas para o ano 2000. O crescimento no número de unidades de esmagamento desses grãos abre chances para o surgimento dos novos complexos acima mencionados, pois permitirá a obtenção de produtos finais como o farelo peletizado, que pode ser usado na forma de ração para a suinocultura e avicultura. A viabilização das mesmas estará assim garantida, devido à sua proximidade da matéria-prima, ensejando custos mais baixos. Vale mencionar que o milho e a soja representam 65% e 25%, respectivamente, do custo de produção da ração. Esta chance, recentemente, saiu do mundo das probabilidades, com a decisão

da CEVAL de investir US\$ 91 milhões na implantação de um complexo para a industrialização de carnes de aves. Todavia, para que essa expansão da agroindústria e conseqüentemente da própria região oeste da Bahia se efetive, ainda se faz necessário uma melhoria nas condições infra-estruturais, particularmente as relacionadas aos transportes e à energia elétrica.

Uma outra possibilidade de desenvolvimento agroindustrial usualmente identificada no Estado é a transformação do leite da pecuária localizada nas regiões Sudoeste (Itapetinga, Conquista) e Paraguaçu (Feira de Santana). Embora possua o sexto maior rebanho bovino do País e o primeiro do Nordeste, a pecuária bovina baiana é explorada de maneira extensiva, carece de padrões tecnológicos e raciais - já presentes em outros estados brasileiros - assim como de empreendimentos e equipamentos nas etapas de abate e processamento que possam contribuir para a melhoria desses padrões.

Ainda que existam alguns pontos no território baiano caracterizados como "ilhas de eficiência", este é o quadro geral. A título de ilustração, a produção leiteira atinge 500 litros por vaca no Estado, contra uma média nacional de 800 litros e 1.600 na Argentina. O crescimento do rebanho, que na década de 60 ficava em 4,5% ao ano, caiu para 3,5% nos anos 70 e pouco mais de 2% nos anos 80 (CPE, 1992)⁽¹⁰⁾.

Há ainda problemas de infra-estrutura relacionados à baixa conservação de estradas, principalmente as vicinais, e ao baixo nível de eletrificação rural, que dificulta, entre outras coisas, o resfriamento do leite na fazenda, algo crucial para o desenvolvimento no Estado de uma indústria de leite e laticínios.

A dinâmica dessa indústria, que tem na segmentação uma característica marcante, depende da sua interação com a pecuária leiteira. A possibilidade de produção de uma série de derivados do leite, que é uma matéria-prima perecível, torna necessária uma razoável proximidade com o produtor, além da montagem de uma eficiente rede de transporte, armazenamento e postos de resfriamento e beneficiamento estrategicamente localizados. Estes últimos são importantes, também, na manutenção de padrões mínimos de qualidade, necessários ao cumprimento das normas técnicas e sanitárias, imprescindíveis à conquista do mercado. Importa, igualmente, para a obtenção de qualidade, a especialização do rebanho, devendo a criação atender a um conjunto mínimo de normas técnicas. A indústria, interessada no atendimento destas normas, geralmente dá orientação e assistência técnica, fornece insumos

padronizados e rações, chegando às vezes a financiar o capital de giro dos produtores, configurando uma quase-integração vertical para trás.

Nos principais segmentos da agroindústria de leite e laticínios, a produção baiana é menor que as necessidades de consumo do Estado. Isto é verdadeiro, inclusive, para produtos como os leites B, C e em pó, fazendo com que boa parte do consumo local seja suprida pela produção de outros estados. Quanto aos derivados de maior valor agregado, iogurtes, sobremesas lácteas e queijos finos, a produção local é inexpressiva.

Este cenário definiria um esforço de crescimento potencial para esta indústria no Estado. Atualmente existem na Bahia 3 granjas leiteiras, 11 usinas de beneficiamento e 5 fábricas de laticínios situadas no Extremo-Sul e nos entornos de Itabuna, Itapetinga, Conquista e Feira de Santana. Ao todo são 19 estabelecimentos, entre empresas e cooperativas, que atuam principalmente no segmento de leite em pó, longa vida e condensado, creme de leite, manteiga e queijos populares. As principais empresas são a NESTLÉ (Itabuna), PARMALAT (Salvador, Itororó, Feira de Santana e Senhor do Bonfim), CCLB (Feira de Santana e Teodoro Sampaio), LEITE GLÓRIA (Itapetinga), COOGRAP (Itabuna), VALLAC (Ipiaú) e SPAM e CCPL (Extremo Sul).

Existem, ainda, 11 estábulos leiteiros credenciados para a produção de leite tipo B e um grande número de pequenos estabelecimentos, que se caracterizam pelas precárias condições de produção e comercialização de leite e alguns poucos derivados. Trata-se de unidades que atuam de forma clandestina, dificultando, dessa forma, qualquer tipo de controle ou inspeção sanitária.

Na realidade, em que pese a existência de grandes empresas no Estado, não se verifica um nível adequado de parceria entre produtores e fornecedores, ou seja, a quase-integração não funciona. Adicionalmente, a pecuária bovina na Bahia enfrenta uma série de problemas, aqui destacados, que resultam na baixa produtividade e qualidade da produção e numa oferta de leite insuficiente para as necessidades da indústria.

Pode-se dizer que essa situação decorre da atuação dos 3 principais agentes econômicos interessados no processo. O pecuarista não parece estar suficientemente conscientizado da necessidade de produzir o leite dentro de condições técnico-sanitárias razoáveis, até porque não obtém a lucratividade

suficiente. A produção do leite torna-se, assim, uma atividade secundária, com sua venda servindo de complemento para a receita dos estabelecimentos.

Nessa comercialização, observa-se um processo de desarticulação dos produtores que acaba por se refletir nos preços recebidos. O leite é comprado por proprietários de caminhões de transporte, os chamados atravessadores, que se utilizam de vasilhames inadequados para o acondicionamento e transporte da matéria-prima, contribuindo para o elevado índice de perda industrial existente. Em algumas regiões do Estado, 60% do abastecimento das indústrias é feito por esse tipo de agente.

A indústria, por sua vez, não pratica a quase-integração, pagando preços baixos aos fornecedores e não estimulando adequadamente o incremento de produtividade, o que resultaria em ganhos mais do que proporcionais, tanto para os pecuaristas quanto para as empresas industriais. Quanto ao Estado, ele falha por não ter uma política explícita de estímulo à produção leiteira e não fornecer adequada infra-estrutura.

Como se não bastasse tudo isso, existe uma nuvem negra pairando sobre a pecuária regional, que é a integração do MERCOSUL. Os países parceiros do Brasil são tradicionais produtores de proteínas animais, leite e seus derivados. A qualidade e a produtividade destes produtores é reconhecida por todos, com o que produtores menos capacitados poderão vir a ser eliminados.

Apesar de todas as dificuldades expostas, deve-se salientar que a Bahia é o principal mercado consumidor do Nordeste, além de possuir uma localização privilegiada, viabilizadora de acesso a outros estados nordestinos. Esses fatores ajudam a explicar a atração que o Estado tem exercido sobre grandes empresas do setor. Não se deve esquecer que a progressiva retirada do subsídio cruzado ao óleo diesel eleva os custos de transporte de produtos do Centro-Sul para o Nordeste.

No que se refere ao segmento que produz iogurtes, sobremesas lácteas e queijos finos, cujos mercados têm caráter nacional, a instalação de plantas na Bahia pode funcionar como uma forma de ocupar, com evidentes vantagens de custo e proximidade, o mercado nordestino. Um esforço governamental de atração de empresas poderia ser exitoso se fosse suportado por: abrangente programa de assistência técnica; diligência com respeito aos aspectos sanitários, treinamento de recursos humanos, incentivo à formação de

cooperativas e reequipamento da infra-estrutura (postos de resfriamento de leite, energia, estradas vicinais, etc.).

Em outro pólo, o segmento elaborador de leite tipo C, o Governo Estadual pode continuar estimulando a implantação de microusinas de beneficiamento deste tipo de produto, que teria um canal privilegiado de comercialização na rede Cesta do Povo, de sua propriedade. Em termos de localização, Feira de Santana possui excelentes vantagens. O município, além de estar próximo de Salvador, situa-se numa região de pecuária e num entroncamento rodoviário, que permite acesso privilegiado ao conjunto da Região Nordeste.

O entorno de Itapetinga e Conquista apresenta a vantagem de ter uma tradição pecuária maior, além de condições climáticas mais apropriadas. Embora não disponha da mesma infra-estrutura e esteja mais distante dos grandes centros, esta área talvez se adeqüe mais à produção dos leites tipo B, em pó e condensado, além de creme de leite, manteiga e queijos populares.

Concluindo a análise sobre perspectivas para o setor agroindustrial, não se pode deixar de fazer referência ao cacau, apesar da atual crise desta atividade. A Região Sul do Estado concentra mais de 90% da produção baiana de cacau, destacando-se, como municípios mais conhecidos, Ilhéus e Itabuna. As dificuldades que afetam a lavoura cacauzeira têm como uma de suas causas fundamentais a existência de uma superoferta no mercado mundial, por conta do crescimento dos plantios em países não tradicionalmente produtores (Indonésia e Malásia), que resultaram num significativo aumento dos estoques e na conseqüente queda dos preços internacionais.

Paralelamente, o cacau também enfrenta a "vassoura de bruxa", um fungo que pode nas áreas afetadas reduzir em até 90% a produtividade da cultura. Por ser um fungo, a praga é de difícil eliminação, exigindo um controle permanente bastante oneroso. Com a baixa cotação do produto, este controle não vem sendo feito de maneira adequada, pondo em risco boa parte da lavoura e ameaçando a sobrevivência de uma das mais populosas e importantes regiões da Bahia.

A solução desses problemas passa pela busca do aumento da produtividade, o que, além do controle da "vassoura de bruxa", exige o desenvolvimento de todo um novo patamar tecnológico, compatível com os atuais padrões de competitividade internacional, que deverá privilegiar a otimização

na utilização da terra. A expansão da lavoura levou a uma acentuada valorização do preço da terra no Litoral Sul, elevando o custo de produção. Sendo assim, é importante que a pesquisa e a extensão rural busquem um aproveitamento mais intensivo da terra. Desenvolvimento de culturas mais produtivas, redução de espaçamento, uso mais racional de adubos e defensivos, melhor exploração das possibilidades de consorciamento e redução da faixa etária das plantações podem ensejar a ampliação da produtividade e do faturamento por hectare plantado.

Alguns analistas têm levantado a hipótese de que a saída da crise passa por modificações profundas nas relações de trabalho vigentes na lavoura. A idéia é de que o processo produtivo até então conhecido, baseado no grande produtor, não tem futuro. Seria preciso introduzir relações de parceria, através de pequenas unidades, assentadas sobre o trabalho familiar. O modelo viabilizaria um melhor trato agrícola, com menores custos. Vale destacar que nesta ótica, fatalmente, a produção baiana de cacau concentrar-se-ia nas áreas de melhor rendimento, significando redução na área plantada e, com as alterações propostas nos tratos agrícolas, aumentos na produtividade. Não é possível prever o resultado líquido destas transformações em termos de produção total.

Apesar da perspectiva menos dramática, uma maior produtividade não será, contudo, suficiente para viabilizar a solução definitiva da crise cacauífera. Apesar de existirem recentes sinais de alguma melhora no *front* externo, como toda *commodity*, o cacau estará sempre sujeito a grandes oscilações dos preços internacionais, o que torna a monocultura uma atividade extremamente arriscada. Nesse sentido, junto com o aumento da produtividade, deve-se tentar também uma forte estratégia de diversificação econômica. Os municípios das regiões produtoras, particularmente os do Litoral Sul, apresentam potencialidades em culturas perenes (seringueiras, fruteiras, dendê e outras palmáceas) e especiarias.

Tanto a estratégia de aumento da produtividade quanto a diversificação são alcançáveis a médio e longo prazo. A crise, porém, dada a sua gravidade econômica e social, exige respostas mais imediatas, que poderão ser obtidas a partir do aproveitamento intensivo dos subprodutos do cacau. Tradicionalmente, apenas as sementes (10% do peso do cacau) têm sido aproveitadas como matéria-prima da indústria chocolateira. Recentemente, os 90% restantes (casca, polpa, mel, etc.) começaram a despertar interesse. Existem oportunidades para a utilização da casca na produção de rações e fertilizantes,

bem como da polpa para a elaboração de geléias, doces, licores, sorvetes e suco. A industrialização destes produtos é uma possibilidade de investimento para pequenas e médias unidades, que poderiam se beneficiar da infraestrutura do distrito industrial de Ilhéus.

Quanto ao turismo, dada as reconhecidas potencialidades baianas, o segmento se constitui num importante pólo de crescimento para a economia, ao gerar efeitos diretos, que produzem reflexos no balanço de pagamentos, no nível de emprego e na redistribuição de renda, e indiretos, que estimulam outros setores da economia e dinamizam a arrecadação tributária.

A atividade turística, recentemente, foi alvo de intensos incentivos. Seja por definição estratégica, seja por esperteza - na utilização de uma "vitrine" para as "virtudes" da gestão - ou uma combinação de ambas, foi neste setor que impactaram alguns dos principais projetos governamentais (Pelourinho, Linha Verde, a estrada Nazaré/Valença, o Teatro Castro Alves, etc.) e aí se concentraram os elementos de mídia.

Sob qualquer ótica, um sucesso. As intervenções realizadas em Salvador, aliadas a uma conjuntura cambial muito favorável, potencializaram o fluxo turístico nacional e internacional e, graças a uma boa estrutura de *marketing*, transformaram a cidade em ponto de referência. Criaram a moldura ideal para a riqueza e a diversidade cultural e humana já existente, tornando mais visível sua importância histórica e seu vasto patrimônio artístico. A cidade recebeu em 1993 e 1994, nos meses de alta estação, mais de um milhão de visitantes, que propiciaram uma notável expansão de serviços (hotéis, restaurantes, bares, etc.) e desdobramentos na maioria das atividades econômicas. O Estado, como um todo, atraiu, em 1994, cerca de 2,5 milhões de turistas, entre brasileiros e estrangeiros.

Devido aos problemas estruturais existentes - insegurança, falta de limpeza pública, baixa qualidade dos serviços urbanos - não se pode garantir a durabilidade desse processo, que ganhou fôlego recentemente. O Rio de Janeiro, pólo de atração concorrente, tem desenvolvido esforços para tentar recuperar o terreno perdido.

Apesar de Salvador vir ganhando importância como portão de entrada turística, com o aumento das frequências aéreas, é necessário consolidar o processo com uma política ativa e específica para o setor. Mais do que isso, tentar levar seus impactos para diversas áreas da Bahia, do entorno de

Salvador (Litoral Norte e Recôncavo Sul), de Ilhéus e de Porto Seguro a regiões como o Extremo Sul e a Chapada Diamantina.

O potencial turístico do Litoral Norte, centrado, principalmente, na extensão e beleza cênica de suas praias - destacando-se a Praia do Forte - e na peculiaridade de seus ecossistemas litorâneos (dunas, manguezais, lagoas), começou a ser explorado desde os anos 70, algo facilitado pela proximidade com Salvador e seu aeroporto internacional. Recentemente, a Odebrecht vem planejando a localização de um complexo turístico em Porto de Sauípe, o que deverá incrementar ainda mais o desenvolvimento já alcançado pela atividade na área. Os investimentos públicos previstos em infra-estrutura são de US\$ 40 milhões e os privados, em meio de hospedagem, da ordem de US\$ 850 milhões, sendo US\$ 450 milhões a parte a ser desembolsada pela Odebrecht nos próximos três anos.

O Recôncavo Sul, com a conclusão da via Nazaré/Valença, poderá integrar-se ao já adensado movimento turístico da RMS e do Litoral Norte. Na região, existem elementos de grande atratividade. Alguns de seus municípios - Cachoeira, São Félix, Nazaré, Santo Amaro - comportam tradição histórica e riqueza cultural. Além disso, a região é elo de ligação entre a Costa dos Coqueiros, ao norte, e a faixa litorânea sul, que se estende de Valença ao Extremo Sul da Bahia.

Essa integração poderá ser facilitada com a conclusão do projeto de despoluição da Baía de Todos os Santos. Seus significativos impactos na recuperação/preservação ambiental da área, permitirá que se concilie a base industrial da RMS, a estrutura de transportes existente e as atividades turísticas náuticas. Um financiamento de US\$ 240 milhões do Banco Mundial já está sendo aplicado pela Empresa Baiana de Água e Saneamento (EMBASA) na primeira fase do projeto, denominado de Bahia Azul. As obras de saneamento estão sendo realizadas em Salvador e mais dez cidades - pertencentes à RMS e ao Recôncavo Sul - localizadas às margens da referida baía.

O turismo também representa uma atividade comum a toda a Região Sul (Baixo Sul, Litoral e Extremo Sul), atuando como um vetor de integração. Rica em beleza natural, história e arqueologia, ela possui três pólos de atração turística - os entornos de Valença, Ilhéus e Porto Seguro. A abertura da BA-001 propiciou a ocupação intensiva da faixa litorânea até as proximidades de Una, incorporando vastas áreas ao mercado turístico e imobiliário. Surgiram então, numerosos loteamentos, condomínios e hotéis ao longo da via, que tornou-se hoje um grande vetor de expansão urbana.

Todos esses fatores contribuíram para a ampliação do turismo na região, que já estando consolidado em Ilhéus - município que recebeu no último verão mais de 180 mil turistas e inicia a construção de um centro de convenções de uso múltiplo - vem-se expandindo para os demais municípios do Baixo Sul e da zona do cacau. Nos primeiros, o turismo náutico encontra um importante reduto, sobretudo pelas condições de navegabilidade da Baía de Camamu, enquanto que nos segundos o destaque fica para Canavieiras, que começa a figurar como centro turístico no Litoral Sul.

Há na região uma grande tendência à expansão de um turismo especializado (ecoturismo de lazer), voltado para um público consumidor mais exigente, de padrão internacional. O vasto ecossistema litorâneo - principal *locus* da mata atlântica no Estado - e a boa infra-estrutura de acesso têm permitido à região acompanhar esse novo perfil de demanda, já possuindo alguns equipamentos hoteleiros de grande porte no estilo *resort*, o que evidentemente não esgota sua capacidade de absorção para novos investimentos.

O turismo da Região Sul não se resume, porém, ao dinâmico pólo da zona cacaeira. Além deste, merece destaque também o não menos dinâmico pólo de Porto Seguro e seu entorno. Localizado em posição central na região, Porto Seguro ganhou expressividade, especialmente, pela sua riqueza histórico-cultural. Sua imagem associada ao descobrimento do Brasil, ao exotismo selvagem de suas praias e à liberdade do "viver ao natural" foram os ingredientes que o tornaram um dos maiores centros litorâneos do Brasil, a partir de meados dos anos 80. Para se ter uma idéia de sua importância turística, no verão passado a cidade recebeu mais de 1 milhão de visitantes, desempenho possibilitado pela duplicação de seu aeroporto. Nova ampliação está sendo prevista, planejando o Governo Estadual investir na mesma US\$ 5 milhões.

Com referência à Chapada Diamantina, o turismo histórico-ecológico é um potencial elemento indutor de desenvolvimento para a região. Montanhas, escarpas, grutas, cursos d'água e cachoeiras, numa zona fria e alta, combinam-se com aspectos históricos datados do século XVIII, período de exploração do ouro e diamantes, permitindo, assim, a venda de pacotes turísticos-ecológicos.

A rigor, à exceção de Lençóis, nenhuma outra cidade tem capacidade receptiva adequada, limitando-se a atender demandas específicas de negócios e fluxos de passagem. Entre 1980 e 1990, o número de leitos na região aumentou de 200 para 1.200, a maior taxa de crescimento anual de todas as

regiões do Estado, sendo que mais de 50% dessa capacidade de hospedagem localizava-se neste município. Predominam as pousadas pitorescas, que atendem basicamente aos fluxos de final de semana, feriados e férias escolares. A demanda existente tem, em sua maior parte, origem regional, sendo pouco expressivo o número de turistas estrangeiros.

Apesar desse desempenho ainda incipiente, com a emergência da questão ambiental e, conseqüentemente, do turismo ecológico no mundo contemporâneo, a perspectiva é de um vigoroso processo de expansão e, espera-se, de profissionalização do turismo na Chapada Diamantina. Para isto, o incremento da capacidade de hospedagem por si só não basta. Em diversas regiões, os efeitos multiplicadores do emprego e renda só se efetivarão e terão sustentabilidade com o apoio governamental a um programa de infraestrutura nas áreas de transportes e sistemas urbanos, e a um bom padrão de serviços de segurança, limpeza e atendimento na chegada e estadia do turista nos hotéis, bares e restaurantes.

4 CONCLUSÕES

Pelo exposto, evidenciou-se que as quatro principais vertentes de desenvolvimento da economia baiana são: a petroquímica, a celulose e o papel, a moderna agricultura - com seus desdobramentos agroindustriais - e o turismo. Cabe agora, nesta última parte deste artigo, tentar vincular suas possibilidades futuras com a realidade vivida pelo País, bem como com os parâmetros de política econômica definidos pelo atual Governo.

Ultimamente, tem-se assistido à combinação de um processo de abertura comercial, de implantação do MERCOSUL e de fortes pressões políticas para que se evite qualquer tipo de planejamento governamental. Analistas preocupados com a realidade nordestina temem, com justa razão, que, na ausência de elementos que contra-arrestem a pura lógica de mercado, ocorra uma reconcentração da acumulação capitalista no Sudeste e Sul do País, na medida em que as regiões agregam um conjunto bem mais significativo de atrativos para investimentos.

É nesse cenário que devem ser rediscutidos alguns elementos já expostos ao longo da análise retrospectiva empreendida. O pólo petroquímico baiano - o maior do hemisfério sul e importante fornecedor nacional e internacional - tende, a partir do século XXI, a perder importância relativa.

O principal mercado externo para a produção baiana é a América Latina, com destaque para a Argentina, carente de petroquímicos básicos. A duplicação do pólo petroquímico da Região Sul, a queda das barreiras alfandegárias e os acordos comerciais que vêm sendo negociados propiciarão um crescimento da participação gaúcha na produção nacional.

Difícilmente a petroquímica baiana se mostrará capaz, a médio e longo prazo, de hospedar novos blocos maciços de investimentos. As inversões deverão ser secundárias, concentrando-se na manutenção do parque já existente ou na instalação de algumas unidades de segunda geração. O exemplo da lavoura cacaueteira pode ser invocado não como praga, evidentemente, mas como um alerta. Se a opção petroquímica do Rio de Janeiro vier a se efetivar, tais tendências poderão se precipitar.

O fato de alguns dos principais grupos econômicos do setor terem origem na Bahia não parece condição suficiente para modificar essas perspectivas. Esses conglomerados estão profundamente envolvidos com as transformações em curso, participando ativamente de todos os acontecimentos da reestruturação vivida pela petroquímica brasileira - detonada pela recessão do Governo Collor, abertura comercial, superoferta internacional do início dos anos 90, e acelerada pelo MERCOSUL. Antes de se preocuparem com questões regionais, buscam a valorização de seus respectivos capitais.

Assim sendo, no que diz respeito à indústria, as maiores esperanças da Bahia estão depositadas no ramo de celulose e papel. Como já referido, o Estado já detinha uma relativa tradição setorial - inclusive com uma experiência inovadora, mais tarde abandonada, de utilização do sisal como insumo - incrementada com o avanço tecnológico, que permitiu a produção de pasta de celulose, de boa qualidade, a partir do eucalipto e da constatação das excelentes condições locais para a produtividade desta árvore.

Existem, em operação, duas empresas de porte, vinculadas a tradicionais grupos empresariais nacionais - o Suzano e o Klabin. Um terceiro empreendimento - o Veracruz da Odebrecht - está em fase de licenciamento ambiental. Este último, a exemplo do da Bahia Sul (Grupo Suzano), localiza-se no extremo sul do Estado, área de crescente ocupação madeireira deslocada do norte do Espírito Santo e de Minas Gerais. O projeto NORCELL, também já mencionado, muito provavelmente não se concretizará, mesmo considerando-se a recente elevação dos preços internacionais da celulose. Ocorre que a COPENER, um dos sócios do empreendimento, pertence à

COPENE, privatizada em meados de 1995, sendo que dois dos seus principais controladores, os grupos Suzano e Odebrecht, já possuem projetos no setor de celulose na Bahia - a Bahia Sul e a Veracruz, respectivamente. Desativado o projeto, seus recursos florestais poderão abastecer a unidade da Klabin, bem como servir de fonte energética alternativa para a COPENE. Recentemente, surgiram notícias de novos investimentos no setor. Representantes da Aracruz mostram-se interessados em instalar, futuramente, mais uma planta industrial no extremo sul, como decorrência da expansão de sua área florestada nesta região.

Dessa forma, a Bahia consolida-se como importante pólo produtor de celulose e, provavelmente, papel. O que isto significa? Este ramo industrial, por seu caráter concentrador - capital intensivo, estreita base de fornecimento, demandante de grandes extensões de terra, com baixo nível de articulação interindustrial - caracteriza-se como um enclave, não proporcionando as necessárias sinergias para servir de centro econômico dinâmico. Seus impactos são diminutos e localizados, tanto setorial quanto espacialmente, sendo, portanto, restrita a sua importância.

Além disso, a indústria de celulose apresenta pesado ônus para suas regiões hospedeiras. A transformação da paisagem é radical, com a presença da floresta homogênea. Onde antes havia diversidade, há agora a monotonia. Os danos que pode causar aos corpos coletores de seus efluentes líquidos são conhecidos, hoje minimizados pelo avanço tecnológico nos cuidados ambientais da indústria. O desagradável odor exalado, apesar de não provocar problemas conhecidos, é uma característica marcante. Este conjunto de elementos negativos exacerba o conflito de uso no espaço regional.

As fábricas de celulose na Bahia localizam-se em uma área de enorme potencial turístico. Beleza cênica, importância histórica, variedade de flora e fauna são os seus atrativos. Todos eles comprometidos pela intervenção exógena a essa realidade. No afã de garantir a presença da indústria, não se avaliam os riscos inerentes. Qual seu impacto sobre o fluxo turístico na região? Quais as conseqüências da monocultura? São questões que exigem reflexões, sobretudo porque o setor, como já exposto, não deverá dar contribuições de vulto ao desenvolvimento estadual.

A extração mineral, apesar de não ter sido identificada como um destacado vetor de expansão, merece alguns comentários prospectivos. Após um significativo esforço de mapeamento, foram localizadas importantes jaz-

das no Estado, transformando-o em uma das mais importantes províncias minerais do País. Este fato gerou grandes expectativas, até agora não concretizadas. Dentre as anomalias de maior destaque, apontadas e quantificadas, destacam-se as de urânio, vanádio, fósforo e ouro.

São ocorrências minerais de importância, mas que não geram impactos à frente, como seria o caso do ferro, por exemplo, com seus desdobramentos siderúrgicos. A mineração e a celulose podem, contudo, representar a oportunidade de um certo grau de desconcentração espacial da atividade econômica, interiorizando-a. A extração de ouro já se iniciou, assim como a de fósforo. O urânio deverá começar a ser explorado em breve, pois com o esgotamento da jazida de Poços de Caldas, em Minas Gerais, que abastece as usinas nucleares, será necessário ativar uma nova fonte de abastecimento, sendo Lagoa Real a melhor alternativa disponível. O vanádio é uma antiga aspiração que ainda não se materializou. A jazida pertence ao grupo Odebrecht, que, até agora, não iniciou o processo produtivo.

Na agroindústria concentram-se boas e diversificadas oportunidades econômicas para a Bahia. Os grãos no oeste, as frutas e olerícolas irrigadas no vale do São Francisco, as hortícolas na Chapada Diamantina, cítricos no Recôncavo e no nordeste do Estado são os principais destaques. A consolidação desse recente processo depende, basicamente, de investimentos em infra-estrutura, especialmente de transporte, para um escoamento rápido e pouco oneroso da produção, tornando aquelas regiões competitivas não só nacional mas, também, internacionalmente.

Esses setores, por um lado, contribuem para a desconcentração do processo econômico e, por outro, apresentam baixa capacidade para determinar mudanças de patamar na economia baiana. Mais uma vez, são atividades de impactos limitados e localizados, que, na melhor das hipóteses, *ceteris paribus*, poderão contribuir para uma trajetória de crescimento vegetativo para o PIB da Bahia nos próximos anos.

Finalmente, o turismo, que vem apresentando nos anos recentes resultados positivos, depende muito fortemente de componentes conjunturais. O turista nacional está à mercê das decisões macroeconômicas, particularmente as que se referem a emprego e renda. A demanda internacional está determinada pela relação entre os preços internos e a taxa de câmbio. A riqueza paisagística e cultural, a importância histórica, a beleza dos ambientes natural e construído são, assim, relegadas a segundo plano na decisão de para onde viajar.

Na verdade falta estrutura para colocar, de forma definitiva, a Bahia nas grandes rotas internacionais. A imagem e os graves problemas do País tendem a afastar os turistas, especialmente aqueles de maior poder aquisitivo e comportamento conservador, que preferem os conhecidos e seguros roteiros do Norte. Lamentavelmente, os fluxos turísticos internacionais ficam determinados por elementos que atraem visitantes de poucos recursos e elevados custos econômicos e sociais. Não é sensato esperar mudanças enquanto não deixarmos de ser "cúmplices de nossa tragédia". Outrossim, não se pode esperar do setor a tensão dinâmica necessária a incrementos importantes na taxa de crescimento do PIB.

Quais as conclusões a serem extraídas de tudo isso? A primeira é que, apesar do acelerado crescimento da economia baiana nos anos recentes, não se conseguiu estabelecer bases sustentáveis para torná-lo duradouro. As elites estaduais, gestadas no patrimonialismo, mostraram-se incapazes de viabilizar maneiras de endogeneizar as conseqüências dos estímulos econômicos que vieram de fora. Não é à toa que o estado de maior PIB do Nordeste é também um dos que apresentam os piores indicadores sociais.

A segunda é que a Bahia não parece ter fôlego próprio para retomar taxas de crescimento significativas. O PIB cresceu 6,7%, em 1994, mas seu expressivo comportamento foi determinado pelo comércio, inflado nos primeiros meses do Real. O comportamento da indústria, apesar de positivo, expressou a maturação de alguns investimentos e a conjuntura favorável. Ao longo de 1995 tem crescido a taxas decrescentes, com a perspectiva de fechar o ano em torno de zero. Caem por terra as esperanças de o Estado tornar-se o 4º do País. Dificilmente ele aumentará sua participação no PIB nacional, hoje situada em 5,3%, que lhe dá a sexta posição. Subir no *ranking* exigiria um crescimento estadual de forma continuada e com taxas bem acima dos estados à frente, Paraná e Rio Grande do Sul, grandes beneficiados pela integração do MERCOSUL. Tal expectativa não encontra apoio na realidade atual.

Abstract: The aim of this paper is to analyse the economic growth of the State of Bahia and its prospects for future development. Firstly, is shown the structural changes in the 70's. Secondly, the effects of these transformations upon the local economy in the 80's are examined. In this same part, the performance of its main economic sectors - petrochemical, metalurgy, agro-industry and civil construction - is stressed. This is followed by an explanation

of the most recent economic growth, from 1990 to 1994, as a result of patterns of behaviour of four sectors: petrochemical, pulp and paper, agro-industry and tourism. Finally, analyses how the relationship between these sectors and the actual Brazilian economic policy can influence the future evolution of the local economy.

Key Words: Regional Economy; Economic Growth; Petrochemical Industry; Metalurgical Industry; Pulp and Paper Industry; Agro-industry; Tourism; Bahia; Brazil-Northeastern Region.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BURMAN, Grazia. O Turismo na Bahia. **Bahia: Análise e Dados**, Salvador: CEI, v.3, n.3, dez. 1993.
2. CARNEIRO, Roberto A. F. **Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo Sul: principais vetores de crescimento**. Salvador: CPE/SEPLANTEC, 1994.
3. CARVALHO, J. César V. Evolução e Diversificação da Produção Agrícola na Bahia. **Bahia: Análise e Dados**, Salvador: CEI, v.2, n.1, jun. 1992.
4. CENTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES. **Boletim de Finanças Públicas**. Salvador: SEPLANTEC, 1990.
5. _____. **PIB da Bahia: metodologia e séries retrospectivas**. Salvador: SEPLANTEC, 1992.
6. CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS. **A agroindústria processadora de tomate na Bahia**. Salvador: SEPLANTEC, 1994.
7. _____. **A Bahia na década de 90: temas estratégicos**. Salvador: SEPLANTEC, 1990.
8. _____. **Conquistas e desafios para a produção de frutas na Bahia**. Salvador: SEPLANTEC, 1993.
9. _____. **A evolução dos setores secundário e terciário na economia baiana na década de 70**. Salvador: SEPLANTEC, 1985.
10. _____. **Leite e laticínios: uma proposta para a Bahia**. Salvador: SEPLANTEC, 1992.
11. _____. **Reconstrução e integração dinâmica**. Salvador: SEPLANTEC, 1991.
12. COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **A Região Oeste da Bahia**. Salvador, 1993.

13. GAZETA MERCANTIL. Balanço Anual; Bahia 95/96. São Paulo, ago. 1995.
14. GUERRA, Oswaldo F. **Estrutura de mercado e estratégias empresariais: o desempenho da petroquímica brasileira e suas possibilidades futuras de inserção internacional.** Brasília: CNI/SESI, 1994.
15. _____. Bahia: o quinto PIB do Brasil? **Bahia Hoje**, Salvador, 8 fev. 1994.
16. _____. O futuro industrial de Camaçari. **Bahia: Análise e Dados**, Salvador: CEI, v.2, n.3, dez. 1992.
17. LIMA, Carmem L.C. Agricultura baiana e tendências dos anos 80. **Bahia: Análise e Dados**, Salvador: CEI, v.2, n.1, jun. 1992.
18. NORCELL. **Estudo de impacto ambiental.** Salvador [s.d.].
19. ORNELAS, W. Bahia em perspectiva. **A Tarde**, Salvador, 1 fev. 1994.
20. RODRIGUES, M.C.P. O PIB dos estados brasileiros. **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro: FGV, dez. 1993.
21. SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Perfil das empresas do Complexo Petroquímico de Camaçari.** Salvador, 1992.

Recebido para publicação em 30.09.95